

O pensamento estratégico brasileiro: 1980 – 2005.

Carlos Eduardo de Melo Viegas da Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO)
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – SP.

Este trabalho tem o propósito de analisar a evolução da doutrina militar, no que diz respeito às concepções de estratégia em vigor nas Forças Armadas, com destaque para o Exército Brasileiro, no período entre 1980 a 2005, e é fruto do trabalho de pesquisa do autor, como aluno do curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCSO – UFSCar). A base de dados da qual se retirou a maior parte do material que aqui está apresentado, foi o Arquivo Ana Lagoa, existente na UFSCar, e que reúne em seu acervo um conjunto notável de publicações militares brasileiras.

O método adotado para se examinar a reflexão militar brasileira sobre doutrina estratégica foi, principalmente, a consulta aos artigos publicados em periódicos: a revista “A Defesa Nacional”, e a “Revista do Exército Brasileiro” publicadas pelo Exército Brasileiro, e a “Revista Marítima Brasileira”, publicada pela Marinha do Brasil, entre os exemplares que o autor encontrou disponíveis no Arquivo Ana Lagoa, na UFSCar-SP, abrangendo o período de 1980 até 2005. A consulta aos artigos publicados em “A Defesa Nacional” e na “Revista Marítima Brasileira” justifica-se por serem trabalhos, em sua maioria, escritos por oficiais com curso de formação em Estado-maior, assim como por esses periódicos serem canais institucionais de comunicação dessas duas Forças. Na verdade, muitas vezes esses artigos são extraídos dos trabalhos acadêmicos apresentados pelos oficiais às bancas examinadoras da Escola de Comando e Estado Maior do Exército Brasileiro (ECEME) e da Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil, para a obtenção do posto de oficial de Estado-maior¹. Um outro pressuposto, assumido pelo autor, é que os artigos publicados nesses periódicos representam a linha doutrinária em vigor, em cada Força, ao longo do período analisado. Essa pressuposição foi assumida mesmo para o caso dos artigos assinados – principalmente em “A Defesa Nacional”-, por acadêmicos civis, por refletirem a visão

¹ Na amostragem não foi significativa a presença de artigos assinados por oficiais da Força Aérea Brasileira. Evidentemente isso não significa que não existam artigos sobre estratégia, no período considerado, produzidos por oficiais da Força Aérea Brasileira.

doutrinária admitida como válida, notadamente nos temas vinculados à análise das relações internacionais e de geopolítica. Muitas vezes esses artigos, escritos por civis, serviram como fonte de referência em trabalhos escritos por militares para fundamentar seus argumentos relativamente à doutrina estratégica.

Quando se reúne em um conjunto os artigos publicados nos periódicos militares brasileiros, no espaço de tempo de 25 anos, que vai de 1980 até 2005, e que têm como tema, de forma direta ou indireta, a doutrina militar em vigor, pode-se perceber mudanças significativas em seu conteúdo e na forma de sua enunciação. Não pretendemos, entretanto, fazer aqui uma análise do discurso militar, apesar de termos reunido um “corpus” significativo de textos que possibilitariam esse tipo de abordagem. Trata-se de uma questão do objeto de interesse: não estamos interessados em aprofundar a análise nesta direção. Nosso objeto de interesse está no âmago da própria existência do Exército. Por um lado, desejamos conhecer, como os oficiais com curso ou posto de Estado-maior perceberam o cenário político ao longo destes vinte e cinco anos e como refletiam sobre os diversos aspectos de emprego da Força Terrestre. Por outro lado, desejamos conhecer como a Força Terrestre elabora sua doutrina estratégica e qual é (ou são) as concepções doutrinárias em vigor. Assumimos que a percepção dos oficiais e civis, uma vez filtrada pela direção editorial dos periódicos analisados, pode dar uma idéia muito clara do pensamento estratégico corrente no meio militar e do tipo de doutrina em debate.

Podemos examinar a evolução da doutrina militar entre 1980 a 2005, segmentando esse período nas seguintes fases: uma primeira fase abrangendo os anos entre 1980 a 1989: esta fase ainda está contida dentro do esquema da bipolaridade da Guerra Fria e comporta o discurso anticomunista. Porém, como veremos, o discurso ideológico anticomunista vai perdendo força nos anos finais desse período, enquanto que a preocupação com a adequação profissional da Força vai ficando cada vez mais evidente. Uma segunda fase, abrangendo o período de 1990 a 1993, marca uma fase de transição e superação definitiva da doutrina de segurança nacional, assim como reflete o impacto da Guerra do Golfo de 1992. Uma terceira fase, de 1994 até a atualidade, caracteriza-se pelo foco em preocupações profissionais e pelo surgimento uma nova concepção doutrinária.

1980 - 1989: A Segurança Nacional e as preocupações profissionais.

Tomamos o ano de 1980 para início de nossa pesquisa porque nessa data ainda estava em vigor a concepção doutrinária da Segurança Nacional e também porque é nesse ano que Ronald Reagan assume a presidência dos EUA, evento que é reconhecido como o princípio de um período de domínio das correntes conservadoras e liberais no mundo ocidental. Nessa época, tem início o processo de centralização do capital financeiro em Nova Iorque, assim como aquilo que alguns historiadores chamam de “a Segunda Guerra Fria”. As conseqüências desses eventos no final da década de 1980, como sabemos, foram a derrocada financeira dos países de terceiro mundo que haviam contraído grandes dívidas externas, e o desdobramento do complexo fenômeno conhecido como “globalização”, resultando no colapso do bloco socialista. Como parte organicamente constitutiva do novo mundo da “globalização”, ou da “mundialização” dos sistemas produtivos, as grandes empresas do mundo ocidental passaram por um extenso processo de reorganização da produção que, uma vez completado, já no início da década de 1990, configurou-se em um novo modelo da organização da produção designada como pós-fordista, ou como modelo “toyota” da administração e organização da produção.

Se esse é, brevemente, o pano de fundo da conjuntura internacional naquela década, como se desenvolveu a concepção estratégica brasileira no mesmo período? Como já assinalamos, naquele momento, a doutrina em vigor no Exército Brasileiro era o conjunto de concepções conhecidas sob a designação de Doutrina da Segurança Nacional, sobre a qual pouco se pode dizer sem correr o risco de ser repetitivo.. Não abordaremos nesse trabalho as conseqüências, internas à Força Terrestre, dos vinte anos de regime autoritário, nos limitando a observar que o Exército Brasileiro fez, ao redor de 1985, e coincidindo com o fim do regime militar, uma análise de sua situação organizacional e constatou um significativo número de disfunções e distorções em sua estrutura. Iniciou, então, um extenso programa de reengenharia organizacional, a exemplo do que estava ocorrendo internacionalmente, nas empresas e organizações, importando para dentro do ambiente militar, boa parte do ferramental analítico e de gestão da administração que estava sendo aplicado na superação do modelo fordista. Este extenso trabalho de reorganização durou até o final do período que estamos descrevendo, resultando no SIPLEX, - Sistema de

Planejamento do Exército, ou seja, a estrutura organizacional e funcional da Força Terrestre que está em uso até a atualidade.

Mas não é apenas do ponto de vista das iniciativas tomadas pelo Estado-Maior do Exército (EME) que podemos perceber a década de 1980 como um período de mudanças, pois, a leitura dos artigos publicados em “A Defesa Nacional”, permite perceber que mesmo nesse período, fortemente marcado por uma concepção doutrinária voltada ao combate aos assim chamados “inimigos internos”, existia o interesse em estudar e debater um amplo leque de assuntos.

Assim, podemos mencionar artigos cujo objeto de interesse é muito diferente do “combate à subversão”, ou da “guerra subversiva adversa”, para usar o jargão militar da época. São temas que poderíamos designar como “clássicos”, ou “tradicionais”, e que podem ser classificados como pertencentes ao conjunto de preocupações relativas à defesa externa, ou de adequação da Força ao enfrentamento de exércitos de outros Estados-nacionais. Podemos citar um artigo que propõe uma visão brasileira sobre o uso de carros de combate, escrito pelo então Tte. Cel. Cav. Manoel Luis Valdez Castro (“A Defesa Nacional” (ADN), no. 713, 1984), ou então, um outro artigo que levanta a necessidade de se criar uma Escola de Comando e Estado-maior Combinado para o Brasil (ADN, no. 715, 1989), seguindo a tendência das Forças Armadas dos Estados Unidos, que haviam reformulado sua doutrina operacional e instavam a subordinação de cada Força ao Estado-maior combinado. Como dissemos são exemplos para demonstrar que sempre existiu, internamente ao Exército, um debate sobre a adequação da Força para cumprir missões de defesa contra inimigos externos que representassem uma ameaça convencional ao Brasil, o que estava estreitamente vinculado às percepções dos oficiais quanto à adequação de seu preparo e capacidade profissional. A leitura desses periódicos demonstra esta preocupação profissional com aquilo que estava ocorrendo no exterior e, alguns temas, em particular, vão ter implicações de longo prazo na elaboração da doutrina estratégica do Exército Brasileiro.

Podemos destacar, no período de 1980-1989 dois temas discutidos em artigos de “A Defesa Nacional”, e que parecem ter sido objeto de intenso exame pelos oficiais:

- A Guerra do Yom Kippur (ADN no. 722, 1985).

- A Evolução da Doutrina Militar dos EUA (ADN no. 727, 1986)

Os oficiais do Exército Brasileiro parecem manter, ao longo do período examinado, uma observação muito atenta a tudo aquilo que estivesse se desenvolvendo no teatro de operações do Oriente Médio e veremos que as duas Guerras do Golfo Pérsico (1992 e 2002) repercutiram intensamente em seu meio. Para exemplificar: os dois artigos citados acima estão relacionados, pois o “paper” de 1986, escrito pelo então Maj. Eng. Roosevelt W. Sant’Ana, dá notícia de que “o Exército dos Estados Unidos tem desde 1982 uma nova doutrina” e passa a descrever o manual “FM 100-5 Operations”, que estabelece em detalhe a concepção da “Airland Battle”. Essa orientação doutrinária foi o resultado daquilo que os americanos haviam conseguido extrair da experiência israelense no teatro de operações da Guerra do Yom Kippur (1973), juntamente com a sua própria experiência no uso de helicópteros e do apoio aéreo, na Guerra do Vietnã. A “Airland Battle” era uma nova doutrina, muito diferente de tudo que os americanos haviam vivido na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, assim como na Guerra da Coreia (1951-1953). Veremos que o Exército Brasileiro procurou assimilar, tanto quanto possível, a nova doutrina americana.

1990 - 1993: Globalização e as conseqüências da Guerra do Golfo.

No período subsequente (1990-1993), a Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1992) aparece como o eixo ao redor do qual passam a gravitar os diversos temas em discussão. Assim, entre os exemplares de “A Defesa Nacional” que tivemos a oportunidade de examinar, são discutidos: “A Guerra do Golfo Pérsico – lições e conseqüências para a Força Terrestre” (ADN, 1992); a “Tecnologia Militar – repercussões da Guerra do Golfo” (ADN, 1992); e mesmo a Revista Marítima Brasileira aborda o assunto: “A Guerra do Golfo – uma análise político-estratégica e militar” (ADN, 1992). Nesses artigos temos o registro do surgimento dos EUA como potencia militar com supremacia mundial, fato que faz os militares brasileiros examinarem minuciosamente os novos sistemas de armas a disposição dos norte-americanos, assim como os novos conceitos operacionais. Como contraponto, e também como reflexão complementar ao reconhecimento dessa hegemonia, a Amazônia passa a ocupar crescentemente espaço como objeto da análise estratégica. Podemos encontrar artigos que tratam da “Estratégia Indireta,

Irregular e a Defesa da Amazônia” (ADN, 1992); e “Uma concepção estratégica brasileira para a Amazônia (ADN, 1993), porém a experiência adquirida com o combate à guerrilha no Araguaia, apesar de sua importância para o desenvolvimento da Doutrina da Resistência, não é mencionada.

Nesse período, que poderíamos designar como de transição, entre a antiga estrutura e a nova organização, concebida pelo SIPLEx, é que ocorre a reorganização do Estado Maior do Exército. Não é um evento que possa ser subestimado, e uma análise política que se faça “por dentro” da organização militar deve destacar, pois é aqui onde pode se compreender o nexos entre função e estrutura nos efeitos políticos dos acontecimentos. O Estado Maior do Exército adquire uma nova vitalidade e simplifica muitas de suas atribuições, livrando-se do envolvimento com as questões atinentes à movimentação de pessoal, entregando a movimentação dos oficiais do Quadro do Estado Maior (QMEA) para o Departamento Geral do Pessoal. São criadas dez subchefias: Pessoal, Operacional, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia, Economia e Finanças, Ensino, Cultura e Direção Geral. Entre essas, daremos destaque à criação da 3ª. Subchefia: a responsável por Doutrina, Política e Estratégia, que ficou responsável pelo preparo e emprego do estratégico do Exército e que tem por missão “a sempre perseguida Unidade Doutrinária, tendo como ponto focal a abrangência da Doutrina, que deve permear todas as atividades do Exército, orientando sua organização e preparo, para que possa atender a todas as Concepções imaginadas para seu emprego.” (EME, 3ª. Subchefia, 1991). Também merece destaque a criação, nessa época do Comando de Operações da Força Terrestre (COTER), cujo papel iria ganhar importância no período seguinte.

1994 - 2005: A profissionalização e a Doutrina de Resistência.

O efeito das grandes transformações ocorridas com o término da Guerra Fria, e com a vitória dos norte-americanos e seus aliados na Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1992), se fez sentir a partir de 1994 e nos dez anos subsequentes. Neste período de tempo o discurso e as concepções estratégicas da Força Terrestre brasileira serão completamente transformados. De um posicionamento voltado principalmente ao combate ao “inimigo interno” e da produção de discursos pesadamente marcados pelo anticomunismo, o Exército Brasileiro vai modificar sua doutrina estratégica, passando a visualizar o território nacional

como alvo da cobiça de antigos aliados. O discurso militar passa por uma modificação radical, ao abandonar o viés ideológico anticomunista, e ao incorporar a preocupação dos oficiais com as questões inerentes a todos aqueles que são praticantes de uma profissão: o objetivo de conquistar e manter altos graus de especialização; o domínio competente do corpo de conhecimentos inerente à sua profissão; o reconhecimento público dessa competência e, como a profissão militar se coloca no âmbito da “boa governança” do Estado, a busca por otimização de resultados, usando as técnicas mais recentes da administração organizacional.

Acreditamos que este período recente (1994-2005) da história do Exército Brasileiro, pela diversidade das transformações que comportou, pode ser um dos mais ricos de sua história e, paradoxalmente, um dos menos conhecidos pela investigação acadêmica. Não será possível devido ao limitado espaço desse nosso trabalho, e até porque ele ainda está em andamento, apresentar um relato que possa abarcar, com algum detalhe, o conjunto completo dessas transformações; iremos, portanto procurar analisar apenas alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes para se compreender a orientação doutrinária do Exército Brasileiro na atualidade.

No que diz respeito aos temas relativos à produção da doutrina estratégica, podemos ilustrá-los por meio da referência a alguns dos artigos que surgiram nos periódicos militares que consultamos. Podemos, entre outros, citar:

- “Sudeste da Ásia – um caso clássico da doutrina da lassidão”, Fernando Veloso Gomes Pedrosa (ADN, no. 770, 1995); artigo que antecipa os conceitos doutrinários da Doutrina de Resistência.

- “A presença militar brasileira na Amazônia como fator de dissuasão”; Luiz Fernando Azevedo Garrido; (ADN, no. 770, 1995).

- “Integração Brasil-Argentina”, Jonas Morais Correa Neto; (ADN, no. 763, 1994); que reflete a superação do conceito sobre a Argentina como o adversário na fronteira territorial.

- “General Vo Nguyen Giap – um mestre na estratégia da resistência”, Maj. Eng. Cláudio Ricardo Hehl Forjaz; (ADN, no. 785, 1999); testemunho da transformação do inimigo ideológico em paradigma profissional.

- “Dois historiadores, duas histórias, duas doutrinas”, Maj. Eng. Cláudio Ricardo Hehl Forjaz, (Revista do Exército Brasileiro, vol. 140, 2003): artigo especialmente interessante pela comparação que faz entre dois professores de história, que se transformaram em expoentes do pensamento estratégico. De um lado, o britânico Sir Basil Liddell Hart, e por outro o vietnamita Nguyen Vo Giap. O primeiro ficou famoso por preconizar na década de 1930, a maneira de uso dos carros de combate que foi aplicada pelos alemães na invasão da França em 1940. O segundo pela aplicação do conceito de guerra popular prolongada, e suas implicações políticas, e levou a Frente de Libertação do Vietnã do Sul (“vietcong”) a derrotar o exército norte-americano e seus aliados, na Guerra do Vietnã. O general Giap tem sido apontado como o mais destacado elaborador da Doutrina da Resistência (ou da lassidão), por ter levado à derrota forças militares da França, do Japão e dos EUA. Com relação ao Vietnã, veremos mais adiante, em que medida o Exército Brasileiro superou as clivagens da Guerra Fria e têm tratado com seriedade profissional a adoção da citada Doutrina da Resistência.

Outros artigos, de data recente, são bons exemplos do conjunto de transformações que estamos assinalando:

- “Reflexões sobre a doutrina da resistência”, Tte Cel. Gustavo de Souza Abreu; (Revista do Exército, vol. 140, 2003); artigo escrito por um oficial superior, especialista em guerra na selva.

- “Operativ”, (ADN, no. 797, 2004) e “O arquipélago Brasil e a manobra estratégica em linhas interiores”, (ADN no 798, 2004). Ambos de autoria do Tte Cel. Cav Leonardo Ramalho Rodrigues Alves e que chamam a atenção: o segundo artigo por desenvolver uma conceituação doutrinária muito diferente da “doutrina da presença”, tradicionalmente adotada pelo Exército que propugnava a instalação de suas unidades junto aos mais importantes centros urbanos (portanto, políticos) do Brasil; e também por fazer uma análise geopolítica a qual toma o próprio território nacional como um teatro de guerra a ser usado contra um inimigo convencional. O primeiro artigo por ser exemplo de uma análise de caráter profissional, usando um novo tipo de discurso, sem nenhum jargão da Guerra Fria, para tratar de um tema de teoria estratégica: mostra como as forças armadas dos EUA assimilaram o conceito europeu (alemão e soviético) de que existe um nível intermediário entre a tática e a estratégia, que é a Manobra Estratégico-

operacional, e que este é o nível político-militar decisivo da guerra contemporânea; a Segunda Guerra do Golfo e a Guerra do Afeganistão seriam os exemplos mais recentes de sua aplicação.

Outro indicador das mudanças ocorridas na Força Terrestre, na direção de uma maior profissionalização, é o tratamento da informação que deve ser disponibilizada para o público externo ao Exército Brasileiro. As forças armadas dos países europeus e dos EUA procuram disponibilizar para as audiências externas um grande conjunto de dados e informações concernentes às suas atividades, o que parece ser a consequência não só de sua existência como parte do aparelho governamental, em Estados regidos por regimes de representação democrática, mas também porque estes organismos militares se fundamentam em sistemas de recrutamento totalmente voluntário e profissional. Parece ser um comportamento comum à todos os praticantes de uma determinada profissão o desejo de, por meio de diversos canais de informação, tornar público o nível em que seus praticantes atingem o estado-da-arte de sua profissão; além de homogeneizar para esses praticantes um acesso equitativo, se não a todo, pelo menos aos aspectos mais relevantes do corpo de conhecimentos sobre o qual a profissão proclama uma exclusividade jurisdicional. A divulgação dos assuntos militares, inclusive sua concepção estratégica, é tomada como importante motivadora para convencer os novos ingressantes na carreira profissional. Evidentemente, para o Exército, assim como para as organizações militares de qualquer país, são aplicadas restrições sobre a divulgação de alguns aspectos de suas atividades; mas isso não tem impedido o Exército Brasileiro de utilizar a Internet, não só para seu uso interno, quanto para a divulgação externa dos aspectos mais relevantes de suas atividades.

Assim, atualmente é possível o acesso público à alguns de seus documentos de uso corrente, inclusive àqueles que descrevem, sinteticamente, a doutrina em uso pela Força Terrestre. Podemos citar os Manuais de Campanha C 124-1, “ESTRATÉGIA” e o C 100-5, “OPERAÇÕES”, disponíveis no “site” do COTER (Centro de Controle de Operações da Força Terrestre), da mesma forma como manuais semelhantes estão disponíveis em “sites” do Exército norte-americano. O manual brasileiro C 100-5, “OPERAÇÕES” é bastante importante; por seu intermédio é possível se saber, de um ponto de vista profissionalmente informado, “o que é que faz o Exército”. Aqui, temos a observar, que a sua codificação (“C 100-5”) demonstra a influência que o manual análogo do exército norte-americano, “F 100-5”, já teve

sobre a Força Terrestre brasileira, uma vez que o documento estadunidense com código de numeração semelhante possui uma longa história, tendo se originado na década de 1960 como manual de operações de infantaria divisionária. Após a Guerra do Yom Kippur (1973) os norte-americanos modificaram sua doutrina operacional para incorporar as lições daquele conflito e da Guerra do Vietnã (1964-1974, período americano), conforme já assinalamos no comentário ao artigo do então Maj. Roosevelt Sant'Ana (ADN no 727, 1986). Após a Primeira Guerra do Golfo Pérsico (1992), o manual F 100-5 foi novamente atualizado, para incorporar as implicações operacionais possibilitadas pelas inovações tecnológicas do teatro de operações digital; a consequente superioridade militar norte-americana e o novo cenário estratégico, no qual a União Soviética não existe mais. Atualmente, este manual é conhecido pelo código FM 3-0, mas o Exército Brasileiro manteve a semelhança na designação de seu manual de operações, com seu congênere americano de outras épocas.

O observador não deve, no entanto, imaginar que o atual Manual de Operações do Exército Brasileiro seja um mero “decalque” do citado documento dos EUA. Assim como a doutrina norte-americana modificou-se, uma vez absorvida as lições de 1992 e foi modificado ainda mais, após a promulgação da nova Doutrina de Segurança Nacional, na sequência dos acontecimentos após 11 de Setembro (publicada em 2002), refletindo uma conjuntura mundial em rápida transformação, os militares brasileiros também introduziram modificações substanciais em seu corpo doutrinário e organizacional, adaptando-se à nova situação da hegemonia militar norte-americana. Para bem compreender a extensão das modificações ocorridas entre os brasileiros, é necessário se fazer referência ao Manual C 124-1, “ESTRATÉGIA”, em alguns pontos mais relevantes de conceituação, pois este manual deve ser usado em conjunto com o já mencionado C 100-5, e constitui a referência teórica para os planejadores da Força Terrestre.

Assim, em termos da conceituação mais abstrata, o C 124-1 pode surpreender o cientista político, que irá encontrar ali algumas definições de uso corrente na Teoria Política, por meio do uso da linguagem clausewitziana:

“Todos os conceitos modernos de estratégia definem com clareza a sua subordinação à política, mesmo durante a eclosão de conflitos armados. Evitou-se assim, a tendência natural do “fim” subordinar-se ao “meio” decorrente da preponderância do emprego da expressão militar do poder” (Manual de

Campanha, “Estratégia”, Artigo II, 1-4, alínea “d”, pg. 1-4, 3ª. Edição, 2001. Grifo nosso).

Seguindo adiante, a influência de Clausewitz é ainda mais forte quando se faz a definição dos objetivos da guerra:

“a. Objetivos de Guerra: (1) A conceituação da ação militar deve estar calcada no objetivo que o Estado pretende atingir ao término do conflito. Esse objetivo denomina-se “objetivo político de guerra” ou simplesmente “objetivo de guerra”, e tem como propósito a paz subsequente à guerra” (C 124-1, “Estratégia”, Cap. 3, Artigo III, 3-5, 3ª Edição, 2001, grifo nosso).

O objetivo da guerra, assim definido, não mereceria nenhuma crítica por parte de um Raymond Aron. Pode ser argumentado que o uso da definição de guerra com um forte acento clausewitziano não deve surpreender, pois o próprio exército norte-americano depois do Vietnã, “descobriu” Carl Von Clausewitz, uma vez que os estrategistas estadunidenses observavam, mesmo quando o conflito ainda se desenrolava, que jamais haviam sido derrotados no campo tático, mas tiveram que abandonar o teatro de operações no sudeste asiático devido à uma derrota política, em sua frente interna. Para os militares norte-americanos a leitura de Clausewitz, em inglês contemporâneo, foi retomada por meio de uma competente tradução feita nos meados da década de 1970. Atualmente, os oficiais das forças armadas norte-americanas estudam amplamente seus ensinamentos, que como sabemos, foram usados precursoramente em análises de conjuntura política por Marx e Engels, estabelecendo uma ampla tradição de seu uso entre líderes revolucionários marxistas, entre eles Lênin, Mao Zedong e o já citado general vietnamita Nguyen Vo Giap.

A contrapartida do argumento militar norte-americano é, então, admitir que os guerrilheiros vietnamitas tinham uma concepção estratégica superior, para poder compensar a sua inferioridade frente ao arrasador poderio bélico americano, e quando examinamos a evolução do pensamento estratégico em vigor no Exército Brasileiro, parece que a Força Terrestre fez esta admissão. Para compreender isso, devemos examinar o papel relevante que o COTER (Comando de Operações Terrestres) foi adquirindo e entender essa evolução como uma resposta adaptativa da Força Terrestre à conjuntura internacional que se modificava rapidamente a partir do final da Segunda Guerra do Golfo (2002).

Consideramos que, na verdade, duas linhas de acontecimentos se desenrolaram ao longo dos dez anos que estamos analisando (1994 – 2005): de um lado o Exército Brasileiro, no início da década, já

havia institucionalizado um programa de reestruturação interna, o SIPLEx, que levava em conta todo o novo ferramental da modernização administrativa e reengenharia de processos, o que estava inserido dentro do amplo contexto mundial de transformações que levou as organizações do padrão fordista ao padrão “toyota” de administração organizacional. Por outro lado, este programa já estava em progresso em 1992 quando a conjuntura mundial modificou-se e os EUA passaram à condição de potencia militar hegemônica. Os militares brasileiros, que já acompanhavam o desdobramento de algumas características da “globalização” com preocupação², passaram a perceber os EUA como uma ameaça em potencial, e ao mesmo tempo, passaram a encarar a Amazônia como objeto de disputa, e como possível teatro de operações. Se esta nossa linha de raciocínio estiver correta, o COTER (Centro de Controle de Operações da Força Terrestre), – que já existia, dentro do programa de reestruturação e planejamento (o SIPLEx) -, adquiriu uma importância fundamental dentro dessa nova ordem de coisas, como centro nervoso da Força Terrestre, conjugando em um só organismo as tarefas de coordenação operacional e de implementação / experimentação doutrinária. Ao COTER, então, foi entregue a importante missão de se adequar à nova estrutura organizacional do Exército Brasileiro, implementar as modificações e adequações operacionais nas demais Organizações Militares (OM) e fazer valer, inclusive experimentalmente, a nova orientação doutrinária, advinda com a nova percepção sobre a Amazônia e os EUA.

A auto-percepção do COTER está colocada na maneira como narra a sua própria história e seu papel dentro da atual organização do Exército Brasileiro:

(...)

Compete ainda ao COTER, como órgão central do sistema operacional:

(...)

- no campo do preparo, a participação na evolução doutrinária e na avaliação das nossas OM operacionais; o gerenciamento do Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Exército – SIPAAerEx; a responsabilidade de gerenciar o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército – CEPAB (órgão responsável pela preparação de militares designados para missão no exterior); e o desenvolvimento e a aplicação dos exercícios de simulação de combate, valioso instrumento de aprimoramento técnico-profissional de nossos quadros;

- no campo do emprego, a avaliação dos planos operacionais elaborados pelos Comandos Militares de Área, ajustados aos novos cenários da Nação, visando

² Não devemos nos esquecer das conseqüências de longo prazo da chamada “Guerra das Malvinas”, sobre o pensamento estratégico brasileiro. Aquele conflito demonstrou os limites da lealdade devida ao “Mundo Ocidental” e o alcance da capacidade bélica convencional dos países do capitalismo industrial avançado.

propiciar um sistema de planejamento de emprego de nossas forças nas diversas e sensíveis missões de Garantia da Lei e da Ordem, de Apoio ao Desenvolvimento Nacional e de Apoio à Defesa Civil; e a participação efetiva no desenvolvimento do Sistema de Análise de Imagens do Exército.

(...)

A partir de 01 Jan. 03, o COTER passou a ter autonomia administrativa, antes vinculada ao Estado-Maior do Exército, que lhe foi concedida por meio da Portaria nº. 286-Cmt Ex, de 25 Jun. 02.

(...)

(Extraído da home-page do COTER (<http://www.coter.eb.mil.br/historico.asp>))

Quanto à orientação doutrinária, o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), já havia estabelecido seu desdobramento em várias fases, sendo a etapa denominada como SIPLEx-4, a fase de elaboração da Concepção Estratégica do Exército, que deve estabelecer as principais estratégias e as bases para a doutrina de emprego. No limitado espaço deste trabalho, vamos mencionar com brevidade as três doutrinas de emprego atualmente em vigor:

- a Doutrina Gama: supõe um teatro de operações na Amazônia (incluída a área guianense) e se desdobra em duas suposições: uma estratégia Ofensiva, caso o oponente possuir poder militar semelhante ou inferior ao do Exército Brasileiro; ou então uma estratégia de Resistência, no caso de agressão por poder militar incontestavelmente superior ao nosso. Nesse caso se supõe um conflito de longa duração, do tipo Guerra de Resistência.

- a Doutrina Delta: supõe um conflito convencional, no contexto de um conflito externo limitado, em teatro de operações que exclui a área estratégica da Amazônia.

- a Doutrina Alfa: que trata o emprego “tradicional” da Força Terrestre, privilegiando sua presença em todo território nacional, como fator de dissuasão, e como garantia da estabilidade institucional.

São estas orientações doutrinárias que orientam o trabalho do COTER. Como o planejamento estratégico trabalha com cenários políticos sempre em movimento, a importância de cada orientação doutrinária deve adequar-se a cada transformação conjuntural. Assim, um peso específico menor tem sido atribuído à Doutrina Delta, uma vez que a Argentina não é mais percebida como uma ameaça potencial. Da mesma forma, com o fim do contexto político da Guerra Fria, e o desaparecimento, no Brasil, dos movimentos revolucionários de luta armada, a Doutrina Alfa diminuiu em grau de importância; apesar de que subsiste uma preocupação militar com a possibilidade de ocorrência de distúrbios da ordem pública em situações muito específicas, como as que ocorrem nos nichos de periferia urbana, dominados por

narcotraficantes, o que justificaria a permanência de unidades de infantaria leve próximas aos grandes centros do sudeste brasileiro.

Quanto à Doutrina Gama, não resta dúvida que a orientação do planejamento e operações da Força Terrestre, tem sido pautada por atribuir uma grande importância a esta concepção doutrinária. Como evidência basta examinar-se o crescimento do número de unidades do Exército Brasileiro estacionadas na Região Norte e a importância que o COTER passou a atribuir ao preparo da tropa para o combate na selva. Pensamos que, mais eloqüente do que qualquer apreciação que possamos fazer a respeito, é a transcrição de matéria publicada no boletim eletrônico “O Exército Brasileiro em Revista” (<http://www.exercito.gov.br/revista/indice.htm>), sobre a recente visita de militares brasileiros ao Vietnã (início de 2005):

Comitiva militar brasileira visita o Vietnã

Vietnã - O Estado-Maior do Exército, por proposta do Comando de Operações Terrestres (COTER), enviou comitiva militar ao Vietnã. A visita teve por objetivos realizar os primeiros contatos com as Forças Armadas daquele País e viabilizar, em futuro próximo, intercâmbios sobre a Doutrina da Resistência nos níveis estratégico, tático e operacional.

Na oportunidade, foram visitadas as cidades de *Hanoi*, *Haiprung*, *Ho Chi Min* - antiga Saigon - e a província de Cúchi, que abriga 250 km de túneis construídos na Guerra do Vietnã. A comitiva foi composta pelo Coronel Luiz Alberto Alves Rolla, do COTER, Tenente-Coronel Moraes José Carvalho Lopes, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), Major Cláudio Ricardo Hehl Forjaz, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Capitão Paulo de Tarso Bezerra Almeida Simões, do CIGS.

(Extraído de “O Exército Brasileiro em Revista”, sem data de publicação).

Como podemos perceber, o comando do COTER designou para essa missão um oficial (Maj. Forjaz) que já havia publicado, em “A Defesa Nacional”, artigo sobre a importância dos estrategistas vietnamitas na elaboração da Doutrina da Resistência.

CONCLUSÃO

Nos últimos vinte e cinco anos, o Exército Brasileiro como instituição, passou por profundas transformações, em sua organização e nas concepções de doutrina estratégica que orientam a sua atuação. As mudanças na Força Terrestre ocorreram em três níveis, que se articulam em um conjunto, mas que têm origens distintas, cenários distintos de acontecimento e ritmos diferentes: em primeiro lugar, ocorreu uma reengenharia organizacional no Exército Brasileiro, o que pode ter passado despercebido pelos pesquisadores acadêmicos, mas que teve e continua ter conseqüências de grande alcance. Percebe-se que muitas vezes o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) é referenciado na análise acadêmica, sem se dar conta de que se trata de um sistema de gerenciamento organizacional que utiliza o ferramental “toyotista” para a melhoria contínua de processos, e a aplicação deste método de engenharia organizacional deve fazer surgir uma Força Terrestre ágil e eficiente. Em segundo lugar, e aqui as evidências são mais palpáveis, ocorreu uma alteração no discurso militar, que não movimenta mais o conjunto de conceitos da Guerra Fria. Sem dúvida que muitos elementos estão presentes hoje, como estavam presentes há 40 anos atrás; um exemplo é o culto das personalidades militares do passado. Mas seria enganoso tomar este aspecto do discurso como evidência de rigidez política, pois o culto à Caxias tem encontrado novos significados, junto com a memória da Batalha de Guararapes, hoje cultuada como momento fundacional do Exército Brasileiro e da nacionalidade. Em terceiro lugar, a mais importante orientação de doutrina estratégica do Exército Brasileiro está, atualmente, voltada para a contenção de ameaça externa, e toma a Bacia do Amazonas como seu teatro de operações. Atuando de acordo com essa visão, o novo Centro de Controle de Operações da Força Terrestre (COTER) tem procurado aprimorar os conhecimentos, adestramentos e detalhes de hipóteses de emprego da Força, buscando adquirir capacitação inclusive com antigos adversários da extinta Guerra Fria. Como dissemos, pode ser que os últimos dez ou quinze anos da história do Exército Brasileiro sejam os mais ricos de sua trajetória; se esta afirmação contiver algum grau de verdade, os pesquisadores brasileiros, notadamente em Ciências Sociais, ao desconhecer esta experiência, podem estar elaborando discursos e conceitos que estão amplamente superados pelos fatos.

BIBLIOGRAFIA

“A Defesa Nacional”, publicação da Biblioteca do Exército, diversos números, datados de 1980 a 2005, acervo do Arquivo Ana Lagoa, UFSCar-SP.

“Revista Marítima Brasileira”, publicação da Marinha do Brasil, diversos números, datados de 1980 a 2005, acervo do Arquivo Ana Lagoa, UFSCar-SP

“Metodologia do SIPLEx”, publicação ostensiva do Ministério do Exército, EME, 3ª. Sub-chefia, 1991, acervo do Arquivo Ana Lagoa, UFSCar-SP

Manual de Campanha C 124-1, “Estratégia”, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, EME, 3ª. Edição, 2001.

Manual de Campanha C 100-5, “Operações”, Ministério do Exército, EME, 3ª. Edição, 1997.

Política de Defesa Nacional, Ministério da Defesa, publicada no DO de 30 de Junho de 2005.

<http://www.coter.eb.mil.br/historico.asp> “site” do Comando de Operações da Força Terrestre, acessado no mês de Agosto de 2005.

<http://www.exercito.gov.br/revista/indice.htm> “site” de “O Exército Brasileiro em Revista”, acessado em Agosto de 2005.